

O Direito Humano à Água e seus desafios

Dr. Benedito Braga

Presentación en Conferencia en el Seminario Internacional:

“DEL DERECHO AL AGUA, AL DERECHO AL FUTURO: GOBERNANZA E INNOVACIÓN PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE”

Palacio de las Aguas Corrientes, Buenos Aires, 27 – 29 de mayo de 2019

www.aguayfuturo.encuentromundi.org

De acordo com as Nações Unidas, cerca de 600 milhões de pessoas não têm atualmente acesso seguro à água potável e perto de 2 bilhões não contam com serviços de saneamento. Esses números tendem a aumentar em vista dos impactos das mudanças globais ligadas ao clima e à urbanização contínua. Assim, o reconhecimento de que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano se constitui num componente importante na resolução desse desafio mundial.

Por outro lado, sabemos que os direitos humanos não nasceram com seus conceitos totalmente desenvolvidos mas foram construídos com a experiência da realidade. O mesmo deve ocorrer com o direito à água e ao saneamento, já que não estamos falando de um bem intangível, como a liberdade e igualdade. Estamos falando de um bem que é sim fundamental, assim como o alimento e a educação, mas cuja disponibilização embute custos associados. Custos que vão desde a sua reservação, passando pelo processo de tratamento e pela distribuição até que chegue às pessoas. E quanto maior é o aglomerado urbano, mais complexo se torna esse processo.

Essa conscientização é importante, porque não basta reconhecer a importância da água. É necessário encontrar meios técnicos, institucionais e financeiros para garantir a segurança hídrica no mundo. Recursos que podem vir dos governos, de tarifas cobradas dos usuários ou mesmo de organismos internacionais de fomento e apoio aos direitos humanos.

Sendo assim, para garantirmos esse direito, existe a necessidade de se estabelecer estratégias e ações para preservar os recursos hídricos e garantir a sua disponibilidade para cada vez mais pessoas. É preciso, então, avaliar o

cenário como um todo e as suas implicações. Isso porque a crise da água no mundo não é apenas uma ameaça em si mesma, mas um risco múltiplo, envolvendo questões na área de saúde, produção de alimentos e geração de energia, refletindo diretamente na estabilidade política e social.

Dados do US National Intelligence Council apontam que a segurança hídrica é fundamental para a estabilidade política, e o Fórum Econômico Mundial, confirmou isso no seu Relatório Global de Riscos. Eventos extremos e crises hídricas figuram neste relatório na segunda e na terceira posição, respectivamente, em termos de impacto.

Mas aí nos perguntamos: o que segurança hídrica realmente significa? Estamos falando aqui de escala, quantidade ou qualidade? Significa a disponibilidade confiável em níveis aceitáveis de quantidade e qualidade de água para a saúde, sustento e produção, conjugada a um nível também aceitável de riscos.

Em outras palavras, significa proteger a sociedade de perigos associados a enchentes e secas e garantir o acesso das pessoas à água contribuindo para o seu desenvolvimento social e econômico.

Mas o trabalho nessas duas dimensões pede infraestrutura e isso só se consegue com investimentos a longo prazo. Em escala global, ainda não estamos investindo o suficiente para cobrir a distância entre demanda e serviços oferecidos e isso significa que nas próximas décadas precisaremos de mais infraestrutura, mais uso eficiente dos recursos hídricos, planejamento e uma governança fortalecida no setor.

Numa adaptação livre, a construção da resiliência do setor envolveria a implementação de três “i”s: Instituições (governança, comitês de bacia, sistema legal e organizações da sociedade que ofereçam suporte); Infraestrutura (investimentos que minimizem os riscos da variabilidade do clima e aumentem a oferta dos serviços básicos) e Informação (coleta, análise e troca entre aqueles que operam e utilizam os sistemas).

Outro fator importante a ser levado em conta é que os recursos hídricos são os mais afetados pelas mudanças climáticas e isso fica claro quando se observa

fenômenos como o aumento do nível do mar, cheias, secas e tempestades repentinas. A perspectiva é de que em 2050 cerca de 50% da população mundial esteja enfrentando problemas de falta de água e 45% do Produto Bruto Mundial têm sua origem nessas regiões afetadas.

As pessoas querem, acima de tudo, segurança hídrica e isso tira o sono dos Chefes de Estado. Em São Paulo, enfrentamos recentemente uma seca que foi recorde dos últimos 125 anos. Para combater o problema, foi necessário mexer em questões estruturais e não estruturais, indo da aceleração/antecipação de investimentos na produção de água à busca da conscientização da sociedade de que devemos estabelecer um novo padrão de consumo da água.

Esse trabalho de conscientização é muito importante e é talvez o maior legado da crise hídrica em São Paulo. E é, também, onde podemos ver o maior contraste de duas visões muito diferentes da questão: a água, como bem precioso e escasso, fundamental à vida e ao desenvolvimento econômico; em contraponto à água como produto visto como barato, desperdiçável e consumido sem controle.

É preciso, cada vez mais, o engajamento das lideranças mundiais num esforço conjunto para o aumento do bem-estar e da prosperidade com enfoque na segurança hídrica. Muito já se falou de um futuro onde guerras seriam travadas pela água. Talvez possamos fazer com que seja o contrário: que o cuidado e a melhor distribuição da água sejam justamente a forma mais eficaz de promover o progresso social e econômico das pessoas.

No processo de garantir a segurança hídrica para as futuras gerações, é importante também entender todo o ciclo da água e trabalhar com uma perspectiva de visão mais ampla. Isso significa que a atividade de saneamento deve completar o seu ciclo, desde a captação no manancial até o tratamento de esgoto, possibilitando que a água volte à natureza.

É um desafio ainda maior do que o abastecimento de água porque as estruturas de coleta e tratamento de esgoto demandam investimentos maiores e esbarram em questões delicadas de ocupação urbana. No Brasil, temos muitos problemas

de habitações irregulares às margens de córregos, rios e represas, o que representa um risco direto à conservação dos mananciais.

A preservação desses corpos d'água depende de uma atuação conjunta de várias esferas governamentais, da iniciativa privada e da própria população. É um movimento que precisa ser feito e que quebra o paradigma que foi dominante até hoje, de que cada um cuida apenas do seu "quadrado".

Temos um bom exemplo agora em São Paulo, sob a coordenação do governador João Dória, que elegeu a despoluição do Pinheiros como um símbolo de atuação integrada e do resultado acelerado que pode ser obtido com ela. Temos hoje uma Secretaria que une Infraestrutura, Saneamento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente e sob a coordenação dela estamos trabalhando em conjunto nesse projeto.

Também buscamos envolver a iniciativa privada, a academia, o terceiro setor e a população. Só assim, teremos o resultado que todos esperam, que é um rio novamente integrado à paisagem urbana e à vida da população.

Nesse trabalho, a Sabesp tem lançado mão, além do esforço de engenharia, também de uma complexa tecnologia social, buscando ganhos de qualidade de vida para as pessoas que mais precisam enquanto são recuperados os recursos naturais. Novidades importantes estão sendo implantadas pela Sabesp para acelerar a recuperação de nossos rios urbanos, como as estações de tratamento de esgoto compactas, unidades de tratamento de esgoto operando diretamente nos córregos e a nova modalidade de contratação de serviços por performance, focando em resultados.

É uma nova maneira de se encarar o problema que não prescinde das grandes obras, que foi o que fizemos até hoje. Mas, a solução final desse problema só será alcançada com o engajamento da sociedade em torno de um propósito, de uma grande causa comum.

Sabemos que a disponibilidade de água e saneamento é um dos principais indicadores de qualidade de vida e de potencial de desenvolvimento econômico de uma região. A presença de recursos hídricos determina se dada região pode desenvolver atividades como agricultura e indústria, se pode gerar energia

elétrica e se pode receber ocupação urbana como moradias e comércio. O saneamento garante saúde, bem-estar, produtividade, rendimento escolar e perspectivas de vida.

Como dissemos acima, é um direito humano e, dada a necessidade da sua viabilização econômica, cabe a nós, que trabalhamos no setor, buscar as soluções que possam torná-lo uma realidade. Esse é o nosso grande desafio.